

A Leitura do Literário no Brasil: Tensões e contradições estabelecidas nas práticas de leitura

Adais de Aguiar Neitzel
Anne Kupiec
Carla Calvalho

Que Stendhal confessasse haver escrito u de seus livros para cem leitores, coisa é que admira e consterna. O que não admira, nem provavelmente consternará, é se este outro livro não tiver os cem leitores de Stendhal, nem cinqüenta, nem vinte, e quando muito, dez. Dez? Talvez cinco.
(Assis, 1994: 2)

Abstract

It is critically consider issues related to Brazilians' literary education, analyzing how their reader's history was built (and the myth of the non-reader), in a reading practice sociology approach. We seek to understand who the readership of colonial Brazil was until the early twentieth century, and how the transition of a European culture consumer's country to a country that produces its own culture was. Four major events that contributed to promote the reading culture in Brazil are discussed: a) the censorship abolition in 1820; b) the end of the government monopoly over the press in 1821; c) the establishment of higher education in Brazil in 1827; d) investments in public education, particularly for women, around 1834; e) the professionalization of writers. The story of the book and readers' education were constituted between the habit of servitude and the desire for freedom.

Keywords: reading practices; colonial Brazil; press; history of the book; censorship; culture

Machado de Assis, ao iniciar sua obra *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, dialoga com Stendhal e manifesta preocupação com a recepção literária. Ele deseja ser lido, e esse desejo remete-nos a Barthes (2003: 10), em *O prazer do texto*, o qual declara: 'O texto que o senhor escreve tem de me dar prova de que ele me deseja. Essa prova existe: é a escritura'. Uma afirmação que cogita a existência do leitor pela materialidade do texto, isto é, um texto tem a virtude de provocar a leitura, ele é sempre um convite, mas para que o desejo exista há a prerrogativa de que o convite parta do material forjado na escritura. Por isso, essa questão da recepção trazida por Machado de Assis remete-nos a outra que é do acesso à leitura e sobre a qual recai nossa análise.

Neste artigo, queremos problematizar questões relacionadas à formação literária do brasileiro discutindo como se construiu sua história de leitor (e o mito do não leitor). A preocupação de Machado de Assis, no século XIX, é perfeitamente compreensível tendo em vista a história colonial do Brasil, cuja população – que ultrapassava, segundo Prado Jr. (2011), os 3 milhões -, ainda naquele século, apresentava um alto grau de analfabetismo. Para compreender quem era o público leitor do Brasil colonial até o início do século XX e

quais as condições de mercado editorial oferecidas ao escritor, inicialmente estabeleceremos um diálogo com Deaecto (2011), Hallewell (2005) e Lajolo e Zilberman (2003). Faremos uso, em nossa investigação, também dos estudos de Cândido (2006) que nos auxiliou a perceber como se deu a passagem de um país consumidor da cultura europeia para um país que produz sua própria cultura.

Em uma abordagem da sociologia da leitura, buscaremos alargar nossa compreensão sobre a formação de leitores no Brasil, analisando dados históricos e cenas descritas sobre a presença dos livros na sociedade da época – entrelaçando uma visão histórica com a visão colhida na literatura. Assim, poderemos constatar como de uma empresa comercial que se constituiu para fornecer à Europa açúcar, tabaco, algodão, ouro, diamantes, entre outros gêneros (Prado Jr., 2011), passou-se a um país com consciência de sua realidade – que divergia, portanto, da literatura portuguesa - produzindo uma literatura autônoma definida pelo seu caráter nacional (Cândido, 2006). Nesse sentido, o projeto de um país independente politicamente vai se delineando lado a lado com o desenvolvimento da leitura e da escrita, o que nos permite problematizar a literatura como prática social e política.

Os estudos de Prado Jr. (2011) assinalam o século XIX como uma época promissora para o Brasil no campo político, social e econômico, uma renovação que vai repercutir na literatura. Também os estudos de Cândido (2006) sinalizam essa época como um momento decisivo na produção da literatura brasileira - um período que se distingue pela renovação literária. Com *Memórias Póstumas de Brás Cubas* percebemos a renovação de que ambos falam, tanto do ponto de vista estético quanto do ponto de vista da organização política e social do país, já sinalizados por Schwarz (2000). Neste artigo, interessa-nos o cruzamento dos dados históricos com os ficcionais – explorando inclusive outros textos literários como os de José de Alencar e de Mário de Andrade -, para buscarmos compreender o lugar que o livro ocupava na sociedade brasileira.

Na sequência, apontaremos como a década de 1920 foi decisiva para a construção de uma produção literária identificada como brasileira, trazendo à baila o *Manifesto Antropofágico* de Oswald de Andrade. As dificuldades de publicação ainda no início do século XX revelam as fragilidades de acesso à leitura que o público leitor enfrentava, e um país que se mantinha dependente da Europa com relação ao comércio de livros, mesmo depois de mais de um século de liberação de impressão no país. Oswald de Andrade ao lançar o *Manifesto antropofágico* faz uma provocação cuja potência ideológica revela o inconformismo perante a situação cultural do país. Seu manifesto é um basta escrachado à situação de penúria intelectual pela qual passava o Brasil, evidenciando que a história de leitores está profundamente enraizada na tradição das livrarias e editoras e dependente das relações entre escritores e editores.

Com os modernistas vimos surgir uma nova atitude do escritor frente ao objeto literário, superando a ideia de subalternidade que havia em relação à produção europeia, propondo a antropofagia para superar o processo de transplantação cultural que se operou no país. Esta postura exigiu do público leitor abrir-se para um texto menos acabado, mais aberto a interferências, inovador na estrutura, com forte apelo ao nacional, como *Macunaíma* de Mário de Andrade. Considerada como uma das obras lapidares do modernismo

brasileiro, o autor o constrói com originalidade estética e apresenta o mulato e o negro em uma visão destoante da apresentada por Prado Jr. (2011). A literatura, neste sentido, reinventa a realidade e a estória contribui para a construção e a desconstrução da história.

Este é, portanto, o trajeto que propomos ao leitor. Uma caminhada simultânea pela história e pela literatura que nos auxilie a analisar como se construiu a formação do leitor do literário no Brasil, sinalizando como a literatura delineou-se como projeto artístico e, também, político e social.

O silêncio dos livros: como se construiu essa história de não-leitores no Brasil?

Trouxeram-nos café; era uma hora da tarde, estávamos na minha sala de estudo, uma bela sala, que dava para o fundo da chácara, bons livros, objetos d'arte, um Voltaire entre eles, um Voltaire de bronze, que nessa ocasião parecia acentuar o risinho de sarcasmo, com que me olhava, o ladrão; cadeiras excelentes; (Assis, 1994: 127).

Machado de Assis é um dos escritores brasileiros que produziu uma vasta e robusta obra no século XIX, por meio da qual podemos desenhar alguns aspectos da realidade daquela época, entre eles, a relação da população com os livros. Nesta epígrafe, *Brás Cubas* descreve sua sala de estudo, em uma chácara. Nela não faltam bons livros e objetos de arte, evidenciando que, apesar do regime colonial que ainda se impunha ao país, o acesso ao livro era uma prática comum entre aqueles que podiam importá-los da Europa. Esse fragmento representa muito bem o status que era atribuído ao livro na segunda metade do século XIX e aos que tinham acesso, estabelecendo uma distinção entre os que habitavam o país tropical como trabalhadores e os que nele estavam para ordenar. Contudo, se nos livros de Machado a leitura não é atividade rara, os personagens mostram-se leitores afoitos ou apaixonados, o mesmo se pode afirmar acerca da sociedade da época, principalmente no início daquele século?

Deaecto (2011), ao pesquisar sobre a circulação e o consumo de livros no Brasil indicando as instituições que auxiliaram a movimentar paulatinamente o grande contingente de iletrados no país para a categoria de leitores, aponta como no Brasil o processo de democratização do impresso é tardio, revelando um atraso histórico. No Brasil oitocentista, ler era um privilégio de uma classe economicamente poderosa, pois a leitura dependia do comércio dos livros, os quais eram importados da Europa, e essa circulação era controlada por Lisboa.

A restrição não somente ao comércio de livros, mas também à imprensa, no Brasil, no período colonial, fez com que as letras brasileiras nascessem sob o signo da censura, o que incentivou o contrabando de obras e a impressão clandestina (Martins, 2001). Em 1747, D. João V mandou sequestrar todas as letras de imprensa que estivessem em uso no Brasil. Uma execução dessa natureza alertava-nos para o estado de impressão ilegal que se operava no Brasil e para um suposto contingente de leitores que havia na colônia. Hallewell (2005) indica que, em 1703, o governador de Pernambuco e, em 1747, o governador do Rio de Janeiro instalaram um prelo para fins

administrativos, sendo fechados por Lisboa assim que descobertos. Ações dessa natureza reforçam o desprezo pela vida e pelo progresso na colônia, não havia outro interesse que não fosse o de abastecer a metrópole e, por isso, praticavam-se as regras do jogo que mantinham o país como empresa comercial de Portugal.

Uma das formas de driblar a interdição à imprensa é aquela adotada em 1808 por Hipólito da Costa. É por meio dele que temos o primeiro jornal distribuído no Brasil, *Correio Braziliense*, editado e impresso em Londres, de periodicidade mensal, apresentando, em média, entre 72 e 140 páginas. Sua característica principal era a defesa da opinião pública e o combate à exploração do país pela corte portuguesa, sendo proibido até 1822, sem, no entanto, deixar de circular no país. Essa iniciativa de Hipólito, que foi mantida por mais de uma década, independentemente de suas motivações pessoais, atesta a existência de um público leitor de jornais (ainda que pequeno).

A fundação da imprensa no país é um fato que vai repercutir em várias obras literárias. Brás Cubas, já na fase madura de sua vida, quando se dá conta que pouco ou nada produziu para perpetuar sua imagem, tem o desejo de fundar um jornal. O desejo de Machado de Assis, por uma imprensa livre, ganha fôlego na voz de sua personagem.

Funda um jornal, disse-me ele, e “desmancha toda esta igreja”. [...] Urgia fundar o jornal. Redigi o programa, que era uma aplicação política do Humanitismo; somente, como o Quincas Borba não houvesse ainda publicado o livro (que aperfeiçoava de ano em ano), assentamos de lhe não fazer nenhuma referência. (Assis, 1994: 128).

No entanto, é a produção advinda das Academias - como a Academia Brasílica dos Renascidos, fundada em Salvador em 1759 -, que promove primeiro ‘[...] a formação de agrupamentos, caracterizados por ideias estéticas, manifestações literárias e atitudes, dando lugar a expressões originais’ (Cândido, 2006: 154). Além disso, por meio desses grupos, delineava-se uma ‘consciência literária comum’ que colaborava para que a literatura fosse se estabelecendo como uma atividade permanente. A partir das produções literárias desses grupos, a literatura foi aquecida, apesar de que, tendo em vista o baixo nível de escolaridade da população brasileira, esses grupos produziam para seu próprio consumo (o que levou Cândido a classificar esses grupos de multifuncionais). Entre leigos, clérigos, frades e padres, latifundiários, estudantes de direito, médicos, encontravam-se os poetas e os oradores. Evidentemente que nos círculos populares tinham voz não as produções dos árcades, mas as cantigas e as anedotas, e, no século XIX, já vemos estes conviverem com as produções dos românticos, publicadas em Folhetim.

Nesse contexto, Cândido (2006: 100) afirma que, no início do século XIX, ‘[...] houve entrosamento acentuado entre a vida intelectual e as preocupações político-sociais’ e aquilo que inicialmente foi tido como nativismo passou a nacionalismo, reunindo sábios, poetas e oradores que ‘[...] os encaminharam para a ação sobre a sociedade, abrindo-se para o exterior por meio da paixão libertária’ (Cândido, 2006: 82). Uma literatura militante passa a ser

produzida e ela chega 'ao grande público como sermão, artigo, panfleto, ode cívica' (Cândido, 2006, p. 82).

A proibição imposta pela coroa portuguesa à abertura de tipografias na colônia revela o medo de ver seu empreendimento comercial ameaçado pela emancipação política do país. Esta, por sua vez, tinha relação com o poder das letras sobre os leitores, e, por isso, um controle de leitura fazia-se necessário, reforçando a percepção do livro como instrumento revolucionário. Os estudos de Sodré (1999) e Deaecto (2011) indicam que os movimentos a favor da libertação do Brasil deram-se nas capitanias que eram polos de disseminação de livros, como a Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana, entre outros. Esses grupos tinham acesso a um mesmo contingente de autores europeus. Esse dado revela-nos o perfil de um grupo de leitores politicamente comprometido com o destino da nação, e, a partir da metade do século XIX, o papel do escritor do literário no Brasil vai se alinhar com propósitos políticos e estéticos revolucionários.

Com a chegada da corte portuguesa no Brasil, a circulação de livros e manuscritos - alguns importados e outros impressos no país -, começou a encontrar espaço. O estudo de Souza (2007) localizou um conjunto de nove obras de ficção impressas pela impressão Régia do Rio de Janeiro entre 1808 e 1822, designados pela imprensa da época, ora como novelas, contos, romances, ora como folhetos de cordel, os quais são classificados pela pesquisadora como romances. Seus estudos aprofundam a ideia de que o romance era uma das leituras preferidas no Rio de Janeiro, desde o século XVIII. Ela afirma que, em meados daquele século, '[...] já se ia formando na colônia uma comunidade de consumidores de livros de diferentes gêneros, inclusive de prosa de ficção, abastecida por livrarias e tipografias portuguesas' (Souza, 2007: 20).

Abreu (2009), confirmando essa hipótese, assinala que o comércio de livros acontecia não apenas nas livrarias, mas em outros comércios, e parece que era algo forte porque a cada ano aumentava o número de livreiros. Ao contrário do que se pensa, segundo Abreu (2009, p. 20, grifo da autora): 'Pinta-se o quadro de uma cidade tomada pelos livros, com homens e, até mesmo, mulheres e "pessoas vadias" vendendo obras, inclusive roubadas, em ruas, lugares públicos e lojas não especializadas'. Se considerarmos esse crescimento do número de livrarias no Rio de Janeiro, que, em 1813, eram duas e, em 1821, passaram a pelo menos nove, como indica Sodré (1999), podemos afirmar, tendo clareza que as livrarias eram lojas mistas, que havia um desejo de leitura que estava sendo refreado. Essa visão romântica de uma sociedade oitocentista que dispunha de meios para se constituir leitora, que possuía uma organização (aparentemente frágil) dessa natureza, aplicava-se, evidentemente, a um pequeno grupo de letrados que conseguia, muitas vezes pela clandestinidade, compor suas bibliotecas particulares.

Uma visão que quer, de certa forma, impor à metrópole a ideia de que a colônia é letrada vai tomando fôlego e, no século XIX, constrói-se uma imagem de regiões, como o Rio de Janeiro, com núcleos de leitura vigorosa, imagem que encontra respaldo na literatura de Machado de Assis assim como na de José de Alencar: 'À noite havendo visitas passavam no salão; quando estavam sós, ficavam na saleta; Seixas abria um livro; Aurélia fingia escutar os

trechos que o marido lia em voz alta' (Alencar, 2006: 139). Podemos argumentar que a ficção não corresponde à realidade, que a arte não espelha a vida, não se detém a descrevê-la, mas a recriá-la. Sendo a arte um produto social, não podemos negar que ela representa o desejo de uma época, o desejo de ser uma sociedade leitora, interferindo, inclusive, na conduta e na concepção de mundo.

A partir da queda do monopólio da Imprensa Régia, em 1821, o mercado editorial foi se ampliando com o surgimento de outras tipografias, aumentando as possibilidades de aquisição de obras. A leitura, contudo, aparecerá, ainda, por longas décadas como uma atividade nobre, restrita a poucos.

À tarde no jardim, ou admiravam juntos as flores, ou liam no mesmo livro algum romance menos interessante do que o seu próprio. Seixas incumbia-se da leitura, e Aurélia escutava sentada a seu lado. Às vezes, ou porque se distraísse um momento, ou por sofreguidão de antecipar a narração, reclinava-se para correr os olhos pela página, onde ia brincar um anel de seus cabelos castanhos (Alencar, 2006: 169).

É preciso pontuar que o contingente de leitores vai aumentando a partir do século XVIII, principalmente no Rio de Janeiro, onde se cria a Biblioteca Real Portuguesa em 1810, com setenta mil volumes vindos do além-mar, na maioria assuntos de história e direito, aberta ao público. Contudo, aumenta também a população iletrada, pois o número de escravos vai crescendo. Por exemplo, no Rio de Janeiro, entre os anos de 1808 e 1821, a população aumentou de 20% para 45% do total de habitantes, conforme aponta Algranti (2011), o que denuncia dois movimentos paralelos: uma elite cultural que vai ampliando seus domínios nas letras, e um grupo iletrado que é retirado de seu espaço cultural e inserido violentamente em outra condição: de escravo. Esse movimento é perceptível na ficção de Machado de Assis (1994: 19) que retrata a compra de escravos no Brasil oitocentista: 'Um sujeito, ao pé de mim, dava a outro notícia recente dos negros novos, que estavam a vir, segundo cartas que recebera de Luanda, uma carta em que o sobrinho lhe dizia ter já negociado cerca de quarenta cabeças [...]'.

Assim, mesmo com a notícia de que uma elite abastada tem hábitos de leitura a partir do século XVIII, com o grande número de escravos e iletrados, ter-se-á que trilhar um longo caminho para ampliar-se o número de leitores e democratizar o acesso ao texto literário. Entretanto, para isso, seria necessário resolver o problema de produção que estava atrelado à impressão e à distribuição de livros. Podemos citar cinco grandes eventos que concorreram para favorecer a cultura da leitura no Brasil: a) a abolição da censura prévia em 1820; b) o fim do monopólio do governo sobre a imprensa em 1821; c) a criação do ensino superior no Brasil em 1827; d) investimentos na educação pública, em particular da educação da mulher, por volta de 1834; e) a profissionalização dos escritores. A seguir, vamos discutir as questões relacionadas à educação no país e ao crescimento da indústria editorial que levará à profissionalização dos escritores.

A expansão do mercado de livros no Brasil: leitores à vista!

Antes de enviar os filhos à Europa, era preciso promover sua educação no ensino primário e secundário, no próprio país, onde, por volta de 1870, o número de analfabetos, segundo Barbosa (2010), chegava a 78,11%. O triste panorama educacional brasileiro coloca o país em uma 'desgraçada realidade'. Os pareceres de Barbosa (2010) sinalizam sua preocupação com o currículo escolar, a leitura, a escrita e o cálculo, apontando a precariedade do ensino e a necessidade do estado investir em uma escola gratuita, obrigatória e laica. Com relação ao livro, ele critica o uso do catecismo como único livro de leitura e doutrina, assim como o método de interpretação calcado na memorização e não na reflexão, conceituando o exercício da leitura como uma 'aravia metafísica' que causa na criança enjojo do estudo e horror à escola. Uma situação que irá se confirmar em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*:

Unamos agora os pés e demos um salto por cima da escola, a enfadonha escola, onde aprendi a ler, escrever, contar, dar cacholetas, apanhá-las, e ir fazer diabruras, ora nos morros, ora nas praias, onde quer que fosse propício a ociosos. Tinha amarguras esse tempo; tinha os ralhos, os castigos, as lições árduas e longas, e pouco mais, mui pouco e mui leve. Só era pesada a palmatória, e ainda assim... Ó palmatória, terror dos meus dias pueris, tu que foste o compelle intrare com que um velho mestre, ossudo e calvo, me incutiu no cérebro o alfabeto, a prosódia, a sintaxe, e o mais que ele sabia [...]. (Assis, 1994: 20).

Se por um lado encaminhar os filhos à Europa evidenciava uma preocupação das elites em garantir o acesso às letras, por outro apresentava a fragilidade do sistema educacional brasileiro. É importante notar que havia uma carência muito grande de escolas públicas e de professores, o que diminuía muito as possibilidades das pessoas tornarem-se leitoras. Se São Paulo - cidade que se encontrava em vantagem com relação às outras cidades do interior do país -, apresentava, ainda no século XIX, uma grande defasagem no número de escolas e professores, o que dizer das regiões cuja situação agrária mantinha a população isolada geográfica e culturalmente?

Só em 1834 houve a abertura de uma Escola Normal para a formação de professores no Rio de Janeiro (data do decreto que a instituiu), sendo abertas outras na década de 1840 na Bahia, Minas Gerais e São Paulo. Lajolo e Zilberman (2003) identificaram sérias fragilidades tanto nos programas curriculares dessas instituições quanto na infraestrutura física onde os cursos funcionavam. Em 1870, com a decisão do governo imperial de tornar a educação obrigatória, as Escolas Normais são reestruturadas.

Com a fundação por decreto, em 1827, de dois cursos jurídicos no Brasil - uma Faculdade de Direito em São Paulo e outra em Olinda (inauguradas em 1828) -, aumentam as possibilidades de impressão no país e o acesso aos livros. Em São Paulo, abre-se, em 1836, uma gráfica e, em 1855, a cidade passa a ter três livrarias e três gráficas. Nessa caminhada pela ampliação do universo de leitores por meio da evolução da indústria da impressão e do comércio dos livros, podemos sinalizar como grandes responsáveis, além da criação de cursos superiores, a produção de revistas e jornais no país. Com os

românticos, houve um grande impulso nas letras brasileiras, e o jornal foi um dos suportes tipográficos que estimulou a leitura.

Por meio dos diversos registros dos cronistas que passaram pelo Brasil, tomamos conhecimento de que, ainda na década de 1860, havia grande ausência de livros nas casas do Rio de Janeiro (Lajolo; Zilberman, 2003). No entanto, por meio da literatura de José de Alencar, retrata-se uma sociedade oitocentista leitora, fazendo o livro figurar nos lares como objeto de uso corriqueiro: 'Seixas incumbia-se da leitura, e Aurélia escutava sentada a seu lado. Às vezes, ou porque se distraísse um momento, ou por sofreguidão de antecipar a narração, reclinava-se para correr os olhos pela página, onde ia brincar um anel de seus cabelos castanhos' (Alencar, 2006: 169).

Aliás, a ociosidade em torno da leitura é uma característica da sociedade colonial retratada nos romances da época, que toma conta dos afazeres não apenas das damas, mas também de seus senhores. Uma concepção de trabalho que estimula a ociosidade porque ele é entregue inteiramente aos escravos, como nos lembra Prado Jr. (2011). Há uma dedicação aos sarais, às conversas, aos bailes, aos livros, aos debates, aos devaneios porque o trabalho é destinado àqueles que vivem em um regime servil.

Nos primeiros dias meti-me em casa, a fisgar moscas, como Domiciano, se não mente o Suetônio, mas a fisgá-las de um modo particular: com os olhos. Fisgava-as uma a uma, no fundo de uma sala grande, estirado na rede, com um livro aberto entre as mãos. Era tudo: saudades, ambições, um pouco de tédio, e muito devaneio solto. (Assis, 1994: 112).

Talvez nunca, como no Brasil colonial, o trabalho intelectual tenha tido tanta influência e o trabalho físico tenha sido tão discriminado como atividade pouco enobrecedora. Como objeto de comércio, o livro foi ocupando as estantes das casas e sua presença sinalizava conhecimento e poder. Muitos são os episódios na literatura em que os letrados são citados como pessoas de destaque na cidade, sendo de descendência europeia ou brasileira: 'Era filha de um hortelão das Astúrias; disse-mo ela mesma, num dia de sinceridade, porque a opinião aceita é que nascera de um letrado de Madri, vítima da invasão francesa, ferido, encarcerado, espingardeado, quando ela tinha apenas doze anos' (Assis, 1994: 22). A leitura no Brasil durante muitos séculos assim se sustentou, como um privilégio de pequenos grupos que tinham poder aquisitivo que os permitia ter ociosidade e meios financeiros para acesso aos livros.

Na história da formação de leitores no Brasil, podemos identificar o papel importante que as mulheres exerceram nesse processo. Quando elas começaram a se escolarizar no Brasil oitocentista, constituiu-se um grupo de leitoras que alavancou a produção de romances. Uma vez tendo o domínio das letras, passaram a ser o público alvo dos escritores românticos. A educação da mulher foi fundamental para que o analfabetismo diminuísse, pois elas eram responsáveis pela educação dos filhos; assim, a história da leitora brasileira está associada à sua função maternal.

Todavia, o papel que as mulheres exerceram no início da colonização do Brasil, segundo Hallewell (2005) e Prado Jr. (2011), era ínfimo porque a maioria dos homens chegou à colônia sem suas esposas e, por isso, havia um número muito pequeno de mulheres brancas. Seu acesso às letras era negado para que elas se

mantivessem ‘impotentes e confinadas em casa’ (Hallewell, 2005: 80). Muitos se amasiaram com negras, índias ou mulatas, mulheres sem instrução nenhuma. Hallewell (2005: 80) lança o questionamento: se ‘as mulheres das classes superiores só aprendiam a ler quando se tornavam freiras’, o que dizer das índias, pretas, mulatas e mestiças?

Na literatura de Machado de Assis, assim como na de José de Alencar, as personagens femininas são leitoras. A mulher tem um papel de destaque, ela figura como personagem rica, forte, com autonomia, comportamento independente que destoa da sociedade oitocentista. ‘Seixas renegara o poeta de seus antigos devaneios, para afeiçoar-se ao trágico inglês, que ele outrora achava monstruoso e ridículo. Lia os mesmos livros que ela; os pensamentos de ambos encontravam-se nas páginas que um já tinha percorrido, e confundiam-se’ (Alencar, 2006: 206).

Lajolo e Zilberman (2003) indicam que essa postura dos escritores em narrar ‘[...] histórias protagonizadas por moças educadas, finas e capazes de discutir em pé de igualdade com homens de mesma – ou mais alta – estatura social’ faz parte de um projeto idealizador, utópico. Ao invés de denunciar as condições de existência da mulher, o escritor opta por criar uma situação irreal, que desafia o universo masculino, que ultrapassa os parâmetros morais daquele tempo. Nos intertextos, pode-se ler a tese de que a educação fortalece a mulher porque, por meio dela, há o acesso e o domínio da leitura. A literatura protagoniza, assim, mulheres educadas e leitoras.

Entretanto, o isolamento cultural feminino não foi um comportamento exclusivamente destinado às mulheres das colônias. Também na Europa, no período que antecedeu o Iluminismo, foram criadas restrições à instrução feminina, barreiras ideológicas ao acesso aos livros pelas mulheres da nobreza, porque, ao contrário das classes populares, elas não tinham obstáculos materiais para adquirir os livros. Durante o Iluminismo, houve uma progressão acentuada das mulheres leitoras, o que colaborou significativamente para a autonomia feminina, imagens colhidas por Aragon (2006: 47) que ‘[...] montrent des femmes éprouvant du plaisir à lire, choisissant des livres qui les stimulent avec une liberté et une autonomie nouvelles’.

No Brasil, somente no século XIX, após a instalação da primeira República, é que se discute a educação da mulher. Um processo tardio que limita a participação feminina no destino do país. Lajolo e Zilberman (2003) indicam - por meio de vários depoimentos de cronistas que viveram no Brasil no século XIX - o nível de ignorância das mulheres das classes altas e médias. Em seus relatos registra-se o desejo de mantê-las na ignorância, reclusas em casa, saindo apenas para ir à missa, vigiadas pelos pais, uma existência confinada que revela a precariedade cultural da sociedade que as brutalizava e as tornava peritas no manejar o chicote no lombo dos escravos. A poucas era permitido ler, e o acesso era restrito a obras religiosas.

Por volta de 1850, os cronistas já pronunciavam um quadro de leitoras de folhetins, mas a crítica a essa leitura fácil também se faz presente, relacionando a frivolidade feminina a reservas literárias que consistem em leituras de amores e de intrigas. A mulher enfrentou, portanto, dois grandes entraves: primeiro, o acesso às letras, a saída da ignorância pela educação, e, segundo, o acesso à leitura de frágil qualidade estética, o que causou também um confinamento

intelectual. Evidentemente que se não perdermos de vista que literatura é arte e como tal o trabalho com a linguagem é fundamental, entenderemos a crítica ao enredo cômodo e sentimental dos romances folhetinescos. Assim, a frivolidade das leituras disponíveis às mulheres no Folhetim – que se tornou a sua leitura de base – pode ter auxiliado a sua permanência no obscurantismo assim como sua dependência cultural. Entretanto, é preciso pontuar que nem tudo eram frivolidades, lembrando que *Memórias de um Sargento de Milícias* foi publicado no Correio Mercantil sem falar de algumas obras de Machado de Assis que figuraram no Folhetim.

É preciso reconhecer que o quadro de leitura no país esteve relacionado às condições de educação assim como à profissionalização dos escritores. O Folhetim não contribuiu apenas para a ampliação da classe de leitores, mas também melhorou a profissionalização dos escritores, que recebiam seja pela tradução seja pela produção de originais a serem publicados nos jornais. Segundo Hallewell (2005), o salário por mês equivalia a seis vezes o salário de um professor de escola rural. Sabe-se dessa contribuição por conta que a circulação dos jornais aumentou consideravelmente. Hallewell (2005) aponta em cifras os valores recebidos por Machado de Assis da Garnier pela publicação de seus livros. O pesquisador revela que, em 1864, a publicação de *Chrysalidas* vendeu 800 exemplares em um ano e as obras posteriores de Machado tiveram edições de no mínimo mil exemplares, ombreando as edições francesas.

O Romantismo foi o período de maior efervescência literária, comparado aos anteriores que em parte se deve, segundo Cândido (2006), às repúblicas formadas pelos estudantes do curso de Direito que, além de leitores, dedicavam-se também à escrita. Se é verdade que seus escritos apresentavam artificialidade e pobreza literária no que diz respeito à qualidade estética, também é verdade que a república constituiu-se como um grupo que dinamizou a circulação de livros por meio de empréstimos, que se fez como público dos sarais, constituiu-se leitor, críticos de obras e preparou terreno para escritores como José de Alencar e Machado de Assis. Enfim, a literatura dependia dos estudantes e constituía-se como uma literatura de grupo, que era reproduzida e reescrita pelos estudantes.

A partir de 1870, constituiu-se um público leitor no Brasil composto não apenas dos estudantes, mas também de outros grupos consumidores vindos da comunidade em geral, inclusive, como já assinalamos, grupos femininos. Nesse sentido, a criação do ensino superior foi fundamental para que o público leitor no Brasil fosse se constituindo com mais fôlego no final do século XIX. No início do século XX, a burguesia no Brasil ganha força e descobre na leitura um significado social, e, nesse período, temos um movimento de usos e abusos: a literatura passa a ser cartão de visitas para as mais variadas atividades sociais e políticas. Tomada de empréstimo pela burguesia semiletrada, a literatura torna-se moeda de troca, dá e ganha força, em uma atmosfera estimulante, mas alinhada ao gosto burguês. É quando o movimento modernista entra em cena para sacudir os leitores. É preciso rever conceitos.

Tupi, or not tupi that is the question

1928. Oswald de Andrade lança no Brasil o *Manifesto Antropófago*, um marco no modernismo literário brasileiro que visa abalar as bases culturais do país. O manifesto literário e político quer dar voz à cultura brasileira, distanciar-se da produção europeia, e, nessa empreitada, traz a antropofagia como um antídoto: é preciso devorar o outro, e ao degluti-lo fortalecer-se para produzir algo com a identidade brasileira. Esse canibalismo trata-se de uma assimilação crítica que visa a independência cultural e a autonomia intelectual. Daí a frase *Tupi, or not tupi that is the question* resumir, segundo Cândido (2006: 176), '[...] todo esse processo, de decidida incorporação da riqueza profunda do povo, da herança total do país, na estilização erudita da literatura'. Oswald cria uma tensão que gera a produção de novos conceitos vinculados a outro padrão artístico-cultural identificado como nacional.

Assim como os demais intelectuais que estiveram à frente da Semana de Arte Moderna, Oswald de Andrade faz uso da literatura como objeto artístico e estético, mas também político. O contexto no qual o manifesto é publicado é turbulento, pois o modelo da Primeira República (1889-1930) mostra-se desgastado, principalmente pela *política do café-com-leite*, a qual privilegiava os cafeicultores e industriais. Há um movimento que se posiciona contra a entrada do capital estrangeiro no país, principalmente norte-americano, o qual é altamente combatido na obra *O rei da vela*, também de Oswald de Andrade, publicado em 1933. Um texto que apresenta, de forma polêmica, os mecanismos da engrenagem socioeconômica do país, em especial, o processo de subordinação brasileira aos monopólios internacionais, principalmente norte-americanos.

O Manifesto Antropófago lança um olhar vanguardista ao propor uma produção literária que refletisse a identidade cultural brasileira, pela fuga aos padrões europeus que ainda eram praticados no país na década de 1920, e, portanto, pela renovação literária. Esse manifesto rebelde revela um quadro de insatisfação intelectual e política frente às manifestações culturais do início do século XX. O desejo de Oswald de Andrade por uma cultura mergulhada na herança dos índios, dos africanos e dos mestiços, com um rumo próprio, que se tornasse robusta no cenário internacional, foi, timidamente, se construindo. Não seria exagerado afirmar, tendo conhecimento da obra do autor, que Oswald de Andrade almejava a democratização das artes, em especial da literatura, por meio de sua dessacralização. Sua atitude '[...] representa um esforço para retirar à literatura o caráter de classe, transformando-a em bem comum a todos' (Cândido, 2006:171).

Sobre esse quadro cultural da época, que tinha ainda a Europa como modelo a ser imitado, Sodré (1995: 480) sinaliza que a transplantação cultural não era uma escolha, mas um caminho, pois '[...] é um fenômeno específico do sistema colonial. Não é um caso particular do Brasil. Dentro do sistema colonial, não há outra solução'. Esse ponto de vista evoca que a construção de uma consciência literária no país pós-colonial não precisava ver o modelo europeu como um entrave na vida intelectual do país, aceitando-a como herança que foi deglutida, como aponta Oswald de Andrade, a qual disparou criações originais que promoveram a renovação cultural e a definição de uma produção brasileira.

A libertinagem do Manifesto Antropófago quis romper com o entorpecimento dos sentidos, superando a ideia de subalternidade que havia em relação à produção europeia, e, nesse sentido, renovou pontos de vista. Essa renovação pode ser percebida, por exemplo, na obra *Macunaíma*, de Mário de Andrade, que, por meio da personagem cujo nome é homônimo à obra, apresenta uma forma rica de interpretação de um país cuja diferença étnica é sua riqueza. Fruto de um trabalho de pesquisa, *Macunaíma* teve como palimpsesto a obra de Koch-Grünberg, e sua elaboração trata-se também de um exercício de interlocução com essa obra, em um processo de antropofagia.

Essa rapsódia apresenta originalidade pela ironia com a qual o autor lida com a dependência cultural brasileira, ampliando os sentidos, tendo em vista que a ironia pode levar o leitor a construir um significado oposto ao sentido literal, subvertendo, portanto, a linguagem. Outro ponto a destacar é a fragmentação da narrativa que coloca o leitor em estado de perda ao se deparar com um enredo que não se identifica mais com os modelos de romances convencionais do século XIX. Ainda, pela justaposição entre o popular e o erudito, como podemos observar na *IX Carta pras Icamiabas*, onde identificamos a exploração de um tom formal pelo uso do pronome vós. O aproveitamento do popular, do folclore brasileiro, das credences populares, da religiosidade atribui à obra um aspecto diferente daquele que vinha sendo explorado até o começo do século.

Nem bem reza recomeçou se viu pular no meio da saleta uma fêmea obrigando todos a silêncio com o gemido meio choro e puxar canto novo. Foi um tremor em todos e as velas jogaram a sombra de cunhã que nem monstro retorcido procanto do teto, era Exu! (Andrade, 2014: 46).

Situando a figura do índio como sujeito que se opõe ao estrangeiro invasor – que na obra é representado pela personagem Venceslau Pietro Pietra - o Gigante Piaimã -, o repertório indígena é trazido para a obra sinalizando o desejo de demarcar diferenças culturais: '[...] freqüentava com aplicação a murua a poracê o torê o bacorocô a cucuicogue, todas essas danças religiosas da tribo' (Andrade, 2014: 2). Ao trazer os costumes do povo brasileiro para o cenário literário, Mário de Andrade quer sugerir uma nova atitude do escritor frente ao objeto literário.

Macunaíma é uma obra que se constitui por aforismos cuja dinâmica revela a produtividade da obra; seu valor constrói-se, principalmente, pela riqueza semântica do texto que resvala para a ambiguidade, abrindo-o para a plurissignificação. Um texto aberto, estrelado, plural (como diria Barthes em *S/Z Sarrasine*). Por isso, sua leitura é incômoda ainda hoje. Publicado em uma época em que havia uma frágil circulação do livro literário, quase nenhuma propaganda (com exceção daquela oriunda de Monteiro Lobato), a repercussão da obra no final da década de 1920 foi pequena, como aponta Santiago (2002), pois o terreno ainda era pouco propício para o comércio de livros. O autor indica a baixa tiragem de livros de autores consagrados como Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, João Cabral de Melo Neto, Monteiro Lobato e o próprio Mário de Andrade, cuja primeira edição da *Macunaíma* foi de 800 exemplares, sendo custeada pelo próprio autor. Esse dado revela-nos que ainda no início do século XX a evolução da indústria da impressão e a

profissionalização dos escritores era um percalço para a formação de leitores no Brasil.

A baixa circulação de *Macunaíma* não está atrelada à experimentação estética ousada, mas ao contexto no qual foi gerado: alta taxa de analfabetismo no país que estava relacionada às parcas condições de ensino escolar e, conseqüentemente, à falta de hábito de leitura, como também pela quase inexistência de um comércio de livros (Santiago, 2002). Esse quadro cultural limitou o uso do livro como objeto de consumo no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, e as editoras assumiram papel importante na sua circulação.

Hallewell (2005, p. 33) argumenta '[...] como o desenvolvimento da literatura brasileira foi determinado pelas circunstâncias econômicas, práticas comerciais e condições técnicas da indústria editorial'. Assim como a impressão era determinante para que se constituísse a cultura da leitura, também era o processo de distribuição e divulgação do livro. Hallewell (2005) aponta que o grau de dependência ou independência de um país se observa também pela sua produção editorial, e seu estudo nos permite perceber os obstáculos à comercialização do livro no Brasil.

Se até meados do século XIX, o Brasil se viu impedido de imprimir em solo brasileiro, no começo do século XX se vê diante da problemática da distribuição do livro, que é um dos percalços indicados por Santiago (2002) de *Macunaíma* não ter a repercussão desejada. A luta de Monteiro Lobato como editor para ampliar o processo de distribuição de livros publicados no país revela a dificuldade que o mercado editor possuía ainda no final da década de 1920. Lobato buscou mudar a visão do livro para um negócio como outro qualquer, distribuindo-o em padarias e outros tipos de comércio, incentivando sua venda como mercadoria.

Sua luta mostra-nos, também, que havia um público leitor ávido aguardando sempre por livros. É o caso de *Urupês* cuja primeira edição, de mil exemplares, foi esgotada em um mês e a quinta edição no mesmo dia da publicação. A experiência de Lobato como editor e suas ações revolucionárias conseguiram não só cultivar um público leitor como identificar as fragilidades do mercado de livros relacionados à produção, à distribuição e à venda. No que diz respeito à produção, o autor dedicou-se a dar espaço a novos autores, a pagar direitos autorais, a melhorar o *layout* da capa do livro e sua aparência interna inserindo ilustrações nele, a trocar a matéria prima por uma mais adequada. A distribuição passou a ser feita em vários pontos do Brasil, não se restringindo a livrarias e a venda passou a contar com a ajuda de propagandas, o que o levou, em 1920, a vender em média quatro mil livros por mês. Se *Macunaíma* tivesse sido publicado pela editora de Lobato, com certeza a repercussão da obra teria sido outra.

Independentemente de sua pouca circulação, essa obra abriu campo para uma literatura experimental, trabalhando princípios estéticos decisivos para a geração de escritores modernistas que estava se constituindo no país. O ideal estético proposto por Mário de Andrade propõe uma leitura aos saltos, porque se trata de uma escrita que se constitui a partir das possibilidades de combinação de textos, exigindo que a cada leitura o leitor lance-se a um movimento de ressignificação da obra pela conectividade com outros textos. O empenho de Mário de Andrade em *Macunaíma* mostra-se contra o enredo fácil, prazeroso, em prol de uma narratividade que desloque o

olhar do leitor para acontecimentos periféricos, que o permita perceber os textos subliminares. Seu projeto o levou a construir um texto poroso, sugestivo e, nesse sentido, inacabado, que encontraria eco anos depois na obra de João Guimarães Rosa.

Cândido (2006) afirma que a literatura brasileira adquiriu consciência de sua realidade após a Independência, e, sem dúvida, é no movimento modernista que essa consciência ganha força e se faz perceber, seja do ponto de vista da produção literária seja do ponto de vista da recepção. Com *Macunaíma*, vimos acenado o desejo não apenas de uma produção brasileira própria, mas transgressora, um texto escrevível como diria Barthes (2003), que se constrói não apenas pelas mãos do autor, mas também do leitor. Paralelo a esse desejo, delinea-se uma demanda por mudanças de hábitos de leitura que precisam buscar no texto linhas de fuga, suas diversas entradas e saídas, uma proposta estética e política que encontra no Modernismo respaldo para a livre expressão.

Considerações finais

A literatura é uma prática artística, mas social e política. Sua produção, assim, como sua recepção, depende, também, do contexto, apesar de não determiná-los, como indica Cândido (2006). Por isso, quando lidamos com a formação de leitores no país não basta observarmos como acontece a interação entre público e obra. É nesse sentido que exploramos o contexto em que se formou o público leitor no Brasil, em um processo de investigação acerca do movimento que se construiu em torno dos livros. No final desse percurso pela história da formação do público leitor no país, podemos afirmar que esse processo não dependeu apenas de escritores talentosos e ousados, nem da disposição para a leitura de pequenos grupos, mas principalmente das condições do mercado editorial brasileiro. Cândido (2000), em *Formação da literatura brasileira*, aponta para uma tríade que irá precisar quando nasceu a literatura brasileira: a existência de um conjunto de produtores literários, um conjunto de receptores, um mecanismo transmissor. Dessa forma, a existência de uma literatura nacional legitima-se nas relações que se estabelecem entre obra, autor e público o que nos leva a entender porque o país teve um lento desenvolvimento nas letras.

Nosso trajeto pelo Brasil colonial permitiu-nos perceber que a escassez de um público leitor justifica-se em parte pela dificuldade de acesso às obras que se fazia via importação, assim como pela interdição da impressão em solo brasileiro, retardando a expressão, limitando a classe letrada e prolongando a manutenção do sistema da colonização brasileira implantado. Apenas no Brasil oitocentista que a movimentação interna de grupos em torno das letras, como as Academias, o Folhetim que provoca o recitativo, a criação de revistas, além das repúblicas de estudantes que se formaram com a criação de cursos superiores no país alavancaram a circulação do livro e forjaram um comércio de livros paralelo e clandestino. Apontamos que a falta de hábitos de leitura advinha, também, da inexistência de condições de ensino. Quando a educação passou a ser oferecida pelo poder público, quando a mulher adquire o direito à escolarização, o iletrismo no país começa a ser pauta nas rodas políticas.

Ao discutir as tensões e as contradições que se estabeleceram entre a produção e a recepção da obra, percebemos que uma dessas tensões diz respeito às condições editoriais no Brasil até o início do século XX, que interferiram no processo de formação de leitores e fizeram parte da história do país retardando a democratização do livro e, conseqüentemente, segregando a leitura a pequenos grupos. A história do livro e a formação de leitores constituíram-se entre o hábito de servidão e o desejo de liberdade.

Vimos, ao longo deste artigo, que um quadro de complexidade política obnubilou a evolução da indústria da impressão e do comércio de livros interferindo na profissionalização dos escritores e na ampliação do público leitor. Poucas condições políticas desfrutaram-se. A partir do momento que o modo de produção e de circulação do livro encontra outras vias que não a da importação, quando cessam as restrições impostas à imprensa brasileira, quando a escolarização passa a ser um dever do estado, começamos a ver delinear-se o quadro utópico de leitores pintados por Machado de Assis e José de Alencar em suas obras. No entanto, no século XX, ainda muito se tinha a fazer para que o Brasil se tornasse um país de livros e de leitores, pois, na década de 1930, o livro volta a ser objeto incendiário e alvo dos censores. Mas esse assunto será tratado em outro artigo.

Por ora, finalizamos lembrando o desejo de Castro Alves no poema *O livro e a América* em que ele anuncia o poder construtivo dos livros. Deus se dirige a Colombo e lhe atribui uma tarefa: *Vai, Colombo, abre a cortina! Da minha eterna oficina.../ Tira a América de lá.* E Colombo, depois de lançar um olhar ao mundo e ver que tudo está em ordem, responde que seu desejo é marchar: *Eu quero marchar com os ventos, com os mundos... co'os firmamentos!!!* Mas Deus o lembra de que grandes marchas levaram a Grécia, Roma e a Alemanha à destruição e que a leitura é a marcha que deve ser iniciada, que *o livro – esse audaz guerreiro/ que conquista o mundo inteiro* será o instrumento que permite ao povo pensar!

Referências

- Abreu, M. (2009), “Os lugares dos livros – comércio livreiro no Rio de Janeiro Joanino”. *Revista Floema*, ano III, n. 5 A: p. 7-30.
- Alencar, J. (2006), *Senhora*. São Paulo: Escala Educacional.
- Algranti, L. M. A. (2011), “Tabernas e botequins, cotidiano e sociabilidade no Rio de Janeiro (1808-1821)”. *Acervo*. Rio de Janeiro, v. 24, n. 2: p. 25-42.
- Alves, C. (200-), “O livro e a América”, in Domínio público, *Espumas flutuantes*. URL www.dominiopublico.gov.br/download/texto/wk000623.pdf [20 jun. 2015].
- Andrade, O. de. (200-), “Manifesto antropófago”. *UFRGS*. URL <http://www.ufrgs.br/cdrom/oandrade/oandrade.pdf>. [3 fev. 2015].
- Andrade, M. de. (2014), “Macunaíma”. *Arca literária*. URL <http://vivelatinoamerica.files.wordpress.com/2014/01/macunaima-de-mario-de-andrade.pdf> >. [6 maio 2015].
- Aragon, S. (2006), “Les lectrices des lumières dans la littérature française”, in T. Bremer & A. Gagnoud. *Modes de lecture dans*

- l'Europe des Lumières - textes recueillis*, vol. 7, Montpellier, Université Paul Valéry-Montpellier, 2006: 43-54.
- Assis, M. de. (1994), *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.
- Barbosa, R. (2010), “Textos selecionados”, in M. C. G. Machado, *Rui Barbosa*, Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massanganga. URL <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4715.pdf>. [3 junho 2015].
- Barthes, R. (1992), *S/Z — uma análise da novela Sarrasine de Honoré de Balzac*. Tradução de Léa Novaes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Barthes, R. (2003), *O prazer do texto*. Tradução J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva.
- Cândido, A. (2000), *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6a edição, Belo Horizonte: Itatiaia Ltda.
- Cândido, A. (2006), *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 9a edição, São Paulo: Queroz.
- Deaecto, M. M. (2011), *O império dos livros: instituições e práticas de leitura na São Paulo Oitocentista*, São Paulo: Edusp.
- Hallewell, L. (2003), *O livro no Brasil: sua história*, São Paulo: EDUSP.
- Lajolo, M.; Zilberman, R. (2003), *A formação da leitura no Brasil*, São Paulo: Ética.
- Martins, M. L. (2001), “Sob o signo da censura”, in M. L. T. Carneiro, *Minorias silenciadas: história de censura no Brasil*, São Paulo: Edusp, FAPESC.
- Prado Jr., C. (2011), *Formação do Brasil contemporâneo*, São Paulo: Companhia das Letras.
- Santiago, S. (2002), “A trajetória de um livro”, in *Nas malhas das letras*, Rio de Janeiro: Rocco.
- Schwarz, R. (2000), *Um mestre na periferia do capitalismo*, São Paulo: editora 34.
- Sondré, N. W. (1999), *História da imprensa no Brasil*. 4a edição, Rio de Janeiro: Martins Fontes.
- Sondré, N. W. (1995), *História da Literatura Brasileira*. 9a edição, Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil.
- Souza, S. C. M. de. (2007), *Primeiras impressões: romances publicados pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro (1808-1822)*, Campinas, SP, [s.n.].